

Procuradores Jurídicos do Município de Belém (APMB), por meio da FADESP, e a UFPA, por intermédio do Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ é o fortalecimento acadêmico do Curso de Mestrado Profissional em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA) do ICJ/UFPA e à qualificação do corpo funcional de tais entidades, bem como de profissional do Direito e de áreas afins que participem por ampla concorrência.

7 – JUSTIFICATIVA

O Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (curso de Mestrado Profissional) foi aprovado e recomendado pela CAPES em 2020 para atender a uma demanda reprimida de formação em pós-graduação *stricto sensu* na Região Norte do Brasil, em especial na área de Direito ao Desenvolvimento, Negócios Público-Privados e das demais expertises relacionadas à elaboração, regulação, efetivação e controle jurídico-constitucional de políticas públicas.

Esta proposta se justifica pela relevância de desenvolver pesquisas e novos conhecimentos nessa seara, bem como de formar e fixar pesquisadores vinculados aos ambientes profissionais diretamente relacionados à área do Mestrado, notadamente em razão da complexidade jurídico-administrativa envolvida no trato das políticas públicas, dos negócios público-privados e do direito ao desenvolvimento.

No Estado do Pará isso se faz especialmente relevante, em razão do baixo quantitativo de profissionais com nível de mestrado nos quadros das Instituições convenientes com a UFPA nesse instrumento, bem como em face da necessidade de estimular a formação de mestres habilitados em Direito ao Desenvolvimento, regulação e controle das Políticas Públicas e na área dos negócios público-privados para desenvolver atividades e trabalhos com maior aprofundamento técnico-científico junto aos respectivos quadros profissionais.

A formação no Mestrado Profissional possibilitará, ademais, um incremento de qualidade no debate jurídico no Estado do Pará, como um todo, bem como possibilitará um aumento significativo da inserção sinérgica da pesquisa jurídica no ambiente profissional, melhorando as condições institucionais de efetivação de direitos e de controle da legalidade e constitucionalidade das atividades públicas no Estado.

Por fim, o Mestrado Profissional também possibilitará a construção de pesquisas conectadas com a realidade da tratativa jurídica de negócios público-privados, políticas públicas e desenvolvimento sustentável no Pará, permitindo, nas próprias pesquisas realizadas no âmbito do Programa, a abordagem de assuntos de grande relevância social e institucional, bem como a construção de soluções de problemas e desenvolvimento de boas práticas profissionais.

Espera-se a produção de um conjunto significativo da investigação científica diretamente conectada aos desafios jurídico-práticos enfrentados no âmbito da atuação jurídica e áreas afins no Estado do Pará, com retorno direto aos servidores e membros do PGE, SEFA, MPC, TCE, DPE, APBM e demais discentes aprovados em ampla concorrência, seja por meio da capacitação direta obtida com a realização do mestrado profissional, seja por meio da interação com os profissionais capacitados pelo Programa e com as demais atividades realizadas. Espera-se, também, um incremento de qualidade na tratativa jurídica do direito ao desenvolvimento sustentável, das políticas públicas e dos negócios público-privados na Amazônia como um todo, tendo em vista a participação de outras entidades e categorias profissionais no Programa.

A UFPA terá a oportunidade de desenvolver pesquisa de ponta na seara, em parceria com profissionais diretamente envolvidos com a prática da área de concentração e linhas de pesquisa do Programa, o que evidencia os benefícios recíprocos da iniciativa na busca pelo Direito ao Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Oportunamente, justifica-se a escolha de realização da parceria por meio da FADESP em razão do estipulado na Resolução n. 767, de 18 de dezembro de 2017, a qual trata da relação entre a UFPA e a Fundações de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, pelo que se destaca que a FADESP poderá apoiar a UFPA na busca do cumprimento de sua missão institucional de gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber. (art. 1º), sendo tal apoio destinado à execução de projetos institucionais de ensino, de pesquisa/ inovação, de extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse da Instituição, na forma de gestão administrativa e financeira dos projetos. (art. 2º)

8 - RESULTADOS ESPERADOS MENSURÁVEIS (Especificar METAS/ETAPAS)

META 1 - Formação de 66 mestres em Direito, sendo 51 servidores das instituições concedentes (PGE – 9 vagas; SEFA – 6 vagas; MPC – 9 vagas; TCE – 12 vagas; DPE – 9 vagas; APMB – 6 vagas) e 15 para ampla concorrência.

ETAPA 1 – seleção discente (divulgação do edital de seleção, realização das inscrições, realização das etapas da seleção, divulgação do resultado e credenciamento dos/das discentes aprovados). **Registra-se que o/a candidato/a que pretenda concorrer dentro das vagas reservadas aos órgãos concedentes deverá apresentar na inscrição, além dos documentos exigidos nos editais, declaração do órgão de origem de que está apto a participar da seleção;**

ETAPA 2 – realização do curso de mestrado (cumprimento dos créditos em disciplinas obrigatórias e optativas, bem como em atividades complementares)

ETAPA 3 – qualificação dos projetos de pesquisa

ETAPA 4 – defesa das dissertações e homologação

META 2 – Realização de pesquisas relevantes para a inovação de melhoria das práticas profissionais no âmbito do Direito e Desenvolvimento na Amazônia, induzidas tanto por meio dos projetos de pesquisa dos mestrandos, quanto por meio dos projetos de pesquisa dos docentes vinculados ao programa e do eventual desenvolvimento de projetos de pesquisa articulados entre os convenientes.

ETAPA 1 – Realização das pesquisas dos/as discentes

ETAPA 2 – Realização de pelo menos 5 pesquisas pelos/as docentes

ETAPA 3 – Suporte à apresentação dos resultados parciais e/ou finais das pesquisas discentes e docentes em pelo menos 10 (dez) eventos locais, regionais, nacionais e/ou internacionais.

META 3 – Publicação e divulgação dos resultados das pesquisas e das inovações na área de Direito e Desenvolvimento na Amazônia.

ETAPA 1 - Organização de 1 Seminário anual de Pesquisa Profissional em Direito e Políticas Públicas na Amazônia, organizados pelos convenientes no âmbito do Programa.

ETAPA 2 - Suporte à publicação dos artigos científicos produzidos no âmbito do Programa (estimativa de 20 artigos durante a vigência deste instrumento)

ETAPA 3 - Organização de livros e coletâneas relacionadas às temáticas de interesse específico do Programa, com a participação de professores do Programa, mestrandos, outros profissionais e cientistas de áreas relacionadas aos temas das obras (estimativa de 04 obras durante a vigência deste instrumento).

ETAPA 4 - Publicação das Dissertações produzidas em página própria do Programa (estimativa de 75 dissertações durante a vigência deste instrumento).

META 4 - Fomento do intercâmbio científico-profissional, por meio da participação de pelo menos 02 (dois) pesquisadores doutores, por ano, em bancas de dissertação, processos seletivos do Programa, seminários, congressos e workshops do programa e em projetos e grupos de pesquisa vinculados ao Programa.

META 5 - Divulgação dos eventos do mestrado Profissional em Direito nas mídias institucionais e redes sociais para dar maior publicidade e visibilidade às ações realizadas.

META 6 - Consolidação do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia, com curso de Mestrado Profissional em Direito, na avaliação quadrial da CAPES para (2021-2024)

ETAPA 1 – Reforma e adequação do espaço físico

ETAPA 2 - Apoio à gestão dos recursos e garantia do desenvolvimento das atividades necessárias à realização do objeto.

ETAPA 3 - Apoio administrativo, acadêmico e estruturação do curso.

9 – EQUIPE DO PROJETO

9.1 - EQUIPE TÉCNICA

NOME	Matrícula SIAPE matrícula estudantil ou CPF	Vínculo	Função no projeto	Valor da Bolsa / Pagamento
1 Alex Lobato Potiguar	1723220	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
2 Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith	2388927	Docente	Coordenadora e Membro da equipe executora	R\$ 131.200,00/ total
3 Arianne Brito Cal Athias	1805015	Docente	Membro da equipe executora	sem bolsa
4 Girolamo Domenico Treccani	1260857	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
5 José Heder Benatti	2217563	Docente	Membro da equipe executora	R\$50.400 / 3º e 4º
6 Luciana Neves Gluck Paul	1898199	Docente	Vice-Coordenadora e Membro da equipe executora	R\$ ano 117.400,00/ total
7 Luiz Alberto Garção Sampaio de C. Rocha	1945486	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
8 Luly Rodrigues Da Cunha Fischer	2141192	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
9 Luma Cavaleiro de Macedo Seaff	2322350	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 71.400,00 / total
10 Maria Stela Campos da Silva	1331489	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
11 Saulo de Oliveira Pinto Coelho	1316942	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
12 Loliane Prado Verbicario	2495374	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 94.400,00 / total
13 Luanna Tomaz de Souza	2628097	Docente	Membro da equipe executora	R\$ 38.400,00 / 3º e 4º ano
14 Fabricio Vasconcelos de Oliveira	1260871	Docente	Membro da equipe executora	Sem bolsa
15 bolsista a ser selecionado/a		Graduando/a	Assistente	R\$ 48.400,00 / total
16 bolsista a ser selecionado/a		Graduando/a	Assistente	R\$ 48.400,00 / total
17 bolsista a ser selecionado/a		Mestrando/a	Assistente	R\$ 70.200,00 / total
18 bolsista a ser selecionado/a		Mestrando/a	Assistente	R\$ 37.200,00 / 3º ao 4º ano
19 Jessika Jhennifer da Silva Carvalho	1988341	Técnico	Pessoal de apoio	R\$ 39.200,00/ total
20 Deivan Cristian Rodrigues de Sousa	1856224	Técnico	Pessoal de apoio	R\$ 25.400,00 / total
21 Verena Juliana Santos Quaresma	CPF 727.693.782-87	Assessora	Pessoal de Apoio	R\$ 14.000,00 / 1 único pagamento pessoa física no 1º ano

9.2 – RESUMO DA EQUIPE

VINCULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
DOCENTES, TÉCNICOS E ESTUDANTES DA UFPA	19	89,5%
EXTERNOS	2	10,5%
TOTAL	21	100%

9.3 – JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MENOS DE 2/3 DE PESSOAS DO PROJETO VINCULADAS À UFPA (docentes, técnicos e alunos) (quando for o caso)

Não se aplica

9.4 - JUSTIFICATIVA PARA A INDICAÇÃO DAS PESSOAS DA EQUIPE TÉCNICA RELACIONADAS NO ITEM 9.1 (anexar cópia do curriculum no caso das pessoas que não sejam docentes ou servidores da UFPA, aceto também em meio digital - CD)

Jessika Jhennifer da Silva Carvalho é secretária do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA e pela sua experiência irá assumir a função de secretária neste projeto, sendo responsável por coordenar os/as servidores/as e estagiários/as da secretaria, que é competente por prestar o apoio administrativo ao PPGDDA, para tanto contando com apoio da/o vice-secretária/o, que será selecionada dentre servidores vinculados ao ICJ para apoiar as atividades da secretaria.

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA / FASE	META 1	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
	1	Formação de 66 mestres em Direito, sendo 51 servidores e membros das instituições concedentes (DPU - 3 vagas; PGE – 9 vagas; SEFA – 6 vagas; MPC – 9 vagas; TCE – 9 vagas; DPE – 9 vagas; APMB – 6 vagas) e 15 para ampla concorrência.	Alunos	66	Mar/2021	Dez/2024
	1	Seleção discente 2021, 2022, 2023 (divulgação do edital de seleção, realização das inscrições, realização das etapas da seleção, divulgação do resultado e credenciamento dos/das discentes aprovados)	Relatório final	1	Jan/2021	Dez/2023
	2	Realização do curso de mestrado (cumprimento dos créditos em disciplinas obrigatórias e optativas,	Relatório final	1	Mar/2021	Dez/2024